



REFLEXÕES EM TORNO DA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Andrialex William da Silva¹

APONTAMENTOS INICIAIS

A alfabetização é uma questão urgente em nossa sociedade. Pensar em práticas que respondam as demandas diversas de nossas escolas são preocupações que estão em primeiro plano nas discussões educacionais. Práticas inclusivas de alfabetização, que respondam as especificidades de cada aluno, precisam ser traçadas de forma imediata.

Para Soares (2020) a apropriação da “tecnologia da escrita” é base do processo de escolarização de qualquer sujeito, como parte fundante do seu desenvolvimento como cidadão em sua sociedade letrada. Dentre o universo de sujeitos que necessitam dessa base para progredir no sistema educacional e na vida estão as pessoas com deficiência intelectual (DI).

Nesses casos, a complexidade que envolve o processo de alfabetização ganha nuances que precisam ser problematizados e discutidos. Em um contexto pandêmico, tal discussão demanda um olhar mais atencioso e cuidadoso, no intuito de garantir ao aluno com deficiência intelectual seu direito as práticas pedagógicas que se voltam ao ensino da língua escrita.

Nesse sentido, esse texto tem como objeto refletir sobre o processo de alfabetização do aluno com deficiência intelectual em tempos de pandemia, considerando as práticas pedagógicas no ensino remoto. As reflexões aqui desenvolvidas, de cunho teórico, são alicerçadas em experiências vividas ao longo da trajetória acadêmica.

CONSIDERAÇÕES QUE ANTECEDEM A PANDEMIA

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN. Natal – RN. E-mail: andrialex@outlook.com.



As discussões em torno da alfabetização do aluno com deficiência intelectual vem provocando importantes debates que buscam contornar entendimentos pífios que estigmatiza e marginaliza esse alunado. A Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010, p. 1), importante entidade no campo temático, afirma que a DI se origina antes dos 18 anos de idade do sujeito e é “caracterizada pela limitação significativa tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressam nas habilidades conceituais, sociais e práticas”.

Essas características geraram no imaginário comum e pedagógico o estigma da não-aprendizagem, o qual marca o aluno com deficiência intelectual como um sujeito incapaz de aprender, sobretudo os conteúdos do ambiente escolar. Entretanto, há esforços no âmbito das pesquisas científicas e das práticas na educação básica que buscam desvincular este alunado a tal estigma, argumentando sobre o potencial de aprendizagem do aluno com DI (FONSECA, 2016; SILVA, 2020).

O estudante com deficiência intelectual pode demandar atenções e cuidados na prática pedagógica diferentes de outros alunos, para que então possam aprender. Porém, não se pode em nenhum momento pautar o desenvolvimento educacional desses sujeitos em suas limitações, desconsiderando suas potencialidades (VIGOTSKI, 2007). O estigma da não-aprendizagem, nega a esses alunos um currículo de qualidade, ora o cerceando, ora o empobrecendo.

Dentre os conteúdos que são negados a esse aluno por conta do estigma, está a alfabetização. Existem realidades educacionais em que o contato com o texto escrito é negado ao aluno com DI, pautando seu processo de escolarização em práticas voltadas apenas para a socialização ou para o desenvolvimento de habilidades elementares, como a coordenação motora. Vale descartar que compreendemos a importância de tais elementos, mas enfatizamos que o processo de escolarização desses alunos não podem se resumir a isto.



Em outras realidades, quando se há práticas de ensino que se voltem a alfabetização desses sujeitos, se limitam a métodos sintéticos de alfabetização, como o fônico, que desconsidera as estruturas sociais que a língua escrita segue e descartam as práticas de letramento (SILVA, 2020). Nesse contexto, observamos o empobrecimento do currículo ao qual o aluno com DI tem acesso.

É importante que a escola possa garantir o contato sistematizado do alunado com deficiência intelectual a língua escrita, visando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, em contextos de letramento, como preconiza Soares (2020). Essa garantia atende ao direito básico do estudante a uma educação de qualidade.

Para Saviani (2020) com a pandemia do Covid-19, causada pelo novo corona vírus, vivemos uma crise estrutural na sociedade e no espaço escolar. Essa crise nos levou a repensar em como vivemos e em como desenvolvemos nossas práticas pedagógicas, provocando a necessidade de ressignificar o que entendemos por aula, conseqüentemente, nos fez refletir sobre o que é ser professor e como ensinar.

Com a pandemia, a necessidade da quarentena, nos fez romper com os muros da escola e desenvolver nossas práticas virtualmente, por meio do ensino remoto. Esse modelo educacional, que se faz necessário no contexto pandêmico, “são aulas que foram planejadas para serem presenciais e que agora precisam ser oferecidas de forma remota” (BRASIL, 2020, p. 5).

Com isso, surgiu a necessidade de se pensar a alfabetização do aluno com deficiência intelectual por meio das aulas remotas. Considerando que mesmo na precária situação que a pandemia nos colocou, precisamos assegurar, na medida do possível, o desenvolvimento de ações pedagógicas que atendam durante a quarentena as demandas desse alunado.

DURANTE A PANDEMIA: A ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM DI

Obviamente, não há um caminho simples e pronto a ser seguido para a



alfabetização, seja com qualquer aluno em qualquer contexto. Entretanto, ao falar sobre o ensino da língua escrita, pensando no aluno com DI em um contexto pandêmico, alguns pontos são fundamentais e precisam ser discutidos.

Há tempos falamos sobre a importância da família no processo de alfabetização (SOARES, 2020) e na escolarização do aluno com DI (SILVA, 2020). Em tempos de pandemia, precisamos considerar a família como peça chave e fundamental no processo de alfabetização do aluno com DI, trazendo-a como aliada as nossas práticas pedagógicas.

Entretanto, é importante considerar dois pontos fundamentais:

1) a família também pode ser refém do estigma da não-aprendizagem, desacreditando do potencial de aprender do sujeito com DI, e negando a presença desses alunos as aulas remotas. Nesse sentido, a escola precisa colaborar para a desconstrução desse entendimento e buscar com que a família enxergue o potencial do estudante;

2) é necessário sempre considerar que os familiares, comumente, não terão formação pedagógica. Tais buscarão ensinar como acham melhor, e em muitos casos pautando suas ações no clássico “B com A faz BA”. Assim, a escola ao solicitar o auxílio da família, precisa de orientações claras, que levem sempre ao aluno com DI ao contato com textos reais.

Para além da família, é necessário que o professor tenha claro quais materiais irá utilizar. Parte da escolarização do estudante com DI é pautada em objetos concretos, na materialização de determinados elementos. Nesse sentido, é fundamental que o educador ao planejar sua aula remota verifique a viabilidade de ter tais materiais, seja em um diálogo pré-estabelecido com a família ou oportunizando a entrega, de forma segura e responsável.

Durante a mediação pedagógica, o docente precisa considerar as especificidades do aluno com DI (SILVA, 2020), tais como: geralmente, a criança com DI não se concentra durante horas em uma atividade. Com isso o professor precisa ser certeiro, planejar sua prática considerando o tempo que o estudante se disponibilizará para ela, tendo em vista provocar desafios, mas



respeitar seu tempo individual.

Outro ponto, ainda sobre a mediação, é que assim como na sala de aula regular, as orientações da atividade geralmente precisam ser claras, diretas e sucintas. Tais orientações colaboram inclusive para que a família venha a entender a prática e desenvolver as ações junto aos estudantes com DI. É fundamental em toda ação docente considerar a exequibilidade da prática e o entendimento dos interlocutores sobre ela.

É necessário também considerar que as aulas remotas geralmente são novidades para o maior número de professores. Readaptar sua prática de sala de aula para o contexto virtual, é um desafio a mais que os docentes precisam enfrentar nesse novo normal. Nesse sentido, é importante que tenhamos paciência e disponibilidade para aprender, além de ações de formação docente que busque nos capacitar para esse “novo normal”.

O PORVIR: NOVAS APRENDIZAGENS E DESAFIOS

Certamente, nosso fazer docente deve mudar após essa pandemia. As práticas de ensino para o aluno com DI no intuito de desenvolver as habilidades de leitura e escrita precisarão ser repensadas, o professor precisará reaprender a ser docente e a sociedade certamente irá impor novos desafios a escola.

Precisamos considerar que esse texto, não finda as discussões sobre a temática, mas nos convida a pensar sobre pontos que são fundamentais na prática docente, em tempo de pandemia. A alfabetização do aluno com deficiência intelectual é um desafio. No contexto de pandemia esse desafio se acentua, e precisa ser pensado e problematizado considerando a garantia de uma educação de qualidade a todos e o bem estar dos alunos, das famílias e dos professores.

REFERÊNCIAS



AAIDD, Asociación Americana de Discapacidades Intelectuales y del Desarrollo. **Discapacidad Intelectual**: definición, clasificación y sistemas de apoyo. Madrid: Editorial Alianza, 2011.

BRASIL. **Temos que dar aula remota...e agora?** Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2020.

FONSECA, G. F. **Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual**: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 01-25, 2020.

SILVA, A. W. **Práticas pedagógicas na alfabetização da criança com deficiência intelectual**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SOARES, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

VIGOTSKI, L. V. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.